



# Fincapé



REACÇÃO DO PAICV AO PROGRAMA TRANSMITIDO NA TNCV SOBRE O 31 DE AGOSTO NA RIBEIRA GRANDE, SANTO ANTÃO, APRESENTADA PELO MEMBRO DA COMISSÃO POLITICA DR. FELISBERTO VIEIRA

1. A televisão do Estado que, por lei, é obrigada a ser isenta, a respeitar os princípios do pluralismo, do contraditório, da objectividade e verdade da informação, apresentou na passada quinta-feira um programa alusivo a incidentes policiais ligados à contestação do projecto de Lei de Bases da Reforma Agrária. Neste programa, relativo a factos que aconteceram há mais de uma dezena e meia de anos, foram insultados e caluniados cidadãos e um partido político, na circunstância o PAICV, sem que a um e outro fosse dada a possibilidade de fazer a sua leitura dos acontecimentos e confrontar as suas posições com as das pessoas a quem se colocou o microfone na boca.

2. O PAICV considera muito grave, pouco sério e violador das normas de um serviço público da comunicação social que a televisão do Estado tenha organizado esta peça como se de um tempo de antena do MpD se tratasse.

3. Depois das crónicas das primeiras pedras e inaugurações do Estado em que, aparentemente, se escolhem minuciosamente os entrevistados para louvarem projectos ou intenções de realização normais, no âmbito de uma estratégia de utilização da televisão para fabricar votos e manipular a opinião pública, eis que surgiu mais uma peça de campanha, urdida com requintes de malvadez, irresponsabilidade e covardia, que não teve qualquer intenção de esclarecer a verdade dos acontecimentos ou mostrar solidariedade com os excessos policiais e eventuais erros políticos, mas sim desviar a atenção dos cabo-verdianos das grandes e actuais questões nacionais: do fracasso da governação do MpD; do crescimento do desemprego; do alastramento da cólera no país; da corrupção; do esbanjamento e limpeza dos cofres do Estado; das negociatas dos familiares e amigos do poder; da tentativa de manipulação das datas das eleições; da ilegalidade da Câmara da Praia e, em geral, da incompetência do grupo que ainda continua no poder.

4. O PAICV denuncia e condena a forma como se pretendeu, com este programa e outros inspirados pelo MpD, institucionalizar na televisão do Estado a prática da agressão e do linchamento político de cidadãos honestos deste país e dos partidos políticos na oposição, o que contribui para o incitamento do ódio, da intolerância e da violência.

5. A Direcção do PAICV considera lamentáveis os excessos policiais e os erros políticos, porventura cometidos num processo que tinha o objetivo de realizar a justiça social e aumentar a produtividade no campo, em que houve vários intervenientes com diversos níveis de responsabilidade.

6. O PAICV entende que é da mais relevante importância para o país que um debate desapassionado e sério seja levado a efeito, para que prevaleça a verdade histórica e sejam atribuídas as responsabilidades jurídicas, políticas e morais a quem as tiver.

7. O PAICV desafia o MpD e o seu governo a, assumirem as suas responsabilidades e interroga:

-Porquê ainda o MpD não cumpriu aquilo que prometeu ao povo de Santo Antão, isto é, fazer justiça às vítimas do processo, com recurso, inclusivé aos tribunais?

-De que tem medo Carlos Veiga, presidente de MpD?

-Não receia Carlos Veiga que as suas profundas responsabilidades no processo, por acção e omissão, venham a público? Todos os cabo-vedianos sabem que o Sr. Carlos Veiga foi Director-Geral da Administração Interna deste país, Procurador Geral da República, Assessor ao mais alto nível de órgãos de soberania deste país, mentor e defensor activo da Lei de Bases da Reforma Agrária, além de ter sido Deputado à ANP, onde não se lhe conhece a mais pequena manifestação contra os acontecimentos de 31 de Agosto.

-Porque é que o MpD boicotou activamente a tentativa de realização de um debate público sobre os acontecimentos de 31 de Agosto em Santo Antão, promovida por um grupo de cidadãos?

8. A Direcção do PAICV desafia o MpD, no interesse do Povo de Cabo Verde, a disponibilizar-se imediatamente para um debate público, sério e objetivo sobre os acontecimentos de 31 de Agosto, na certeza de que, no banco dos réus, estariam muitos dos mais altos dirigentes no poder, a começar pelo Sr Carlos Veiga que, de forma activa ou pelo silêncio cúmplice, tiveram e têm manifestas responsabilidades no processo que conduziu ao 31 de Agosto.

Praia, Setembro de 1995